MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

SECRETARIA DE ESTADO DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

Gabinete do Secretário de Estado

Despacho n.º 11/79

Considerando que em Macau o início do funcionamento do curso geral unificado do ensino secundário não se processou em simultâneo com o respectivo lançamento em Portugal;

Considerando que esse desfasamento se está a reflectir na introdução dos novos cursos complementares;

Considerando que daí poderiam resultar dúvidas quanto à equivalência de estudos e à transferência de alunos:

Determino, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 47 587, de 10 de Março de 1967:

1 — Os cursos gerais e complementares do ensino secundário concluídos em Macau, ainda quando haja diferença de planos de estudo, são equivalentes, para todos os efeitos legais, aos que funcionam em Portugal.

2 — Os alunos que em Macau concluírem os cursos gerais do ensino secundário podem matricular-se nas restantes escolas portuguesas, de acordo com as condições legais.

2.1 — Em qualquer das áreas de estudo e componentes de formação vocacional do curso complementar do ensino secundário (10.º ano), desde que funcionem no estabelecimento de ensino em que pretendam matricular-se;

2.2 — No 1.º ano de qualquer dos cursos complementares nocturnos do ensino secundário, desde que funcionem no estabelecimento de ensino em que efectuem a matrícula.

3 — Os alunos que em Macau concluírem o 1.º ano dos cursos complementares diurnos em extinção, ao matricular-se em qualquer outra escola oficial portuguesa, terão de ingressar no 2.º ano dos cursos complementares nocturnos correspondentes.

4 — As transferências de alunos que frequentem o ensino oficial ou particular em Macau para os correspondentes estabelecimentos de ensino em Portugal são autorizadas, até fins do 2.º período lectivo, de acordo com as seguintes normas:

4.1 — Os alunos dos cursos gerais do ensino secundário podem ser transferidos:

4.1.1 — Para os anos correspondentes do curso geral unificado, desde que os respectivos encarregados de educação o declarem expressamente, depois de informados das consequências e dificuldades que poderão advir da transferência;

4.1.2 — Para os anos correspondentes dos cursos gerais nocturnos do ensino secundário, se os alunos perfizerem as condições de idade exigidas por lei;

4.2 — Os alunos que frequentem os cursos complementares em extinção do ensino secundário podem ser transferidos para o curso complementar nocturno correspondente àquele em que se matricularam, desde que funcione no estabelecimento de ensino para o qual se efectuar a transferência:

4.2.1 — Até ao final do 1.º período lectivo, poderão ser transferidos para a área do 10.º ano que melhor corresponda ao 1.º ano do curso complementar em que estiverem matriculados, sendo as condições de transferência definidas caso a caso.

5 — Os casos omissos neste despacho serão resolvidos pelo Ministro, sob proposta do director-geral do Ensino Secundário.

Secretaria de Estado do Ensino Básico e Secundário, 9 de Fevereiro de 1979. — O Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário, *Maria Alice Nobre Gouveia*.

(D. R. n.º 45, Suplemento, de 22-2-1979, II Série).

GOVERNO DE MACAU

Lei n.º 7/79/M

de 24 de Março

Isenção de impostos e emolumentos no contrato de transacção de um prédio

Considerando as razões que determinam o contrato previsto no articulado desta lei;

Tendo em atenção o proposto pelo Encarregado do Governo de Macau;

Cumpridas as formalidades do artigo 48.º, n.º 2, alínea a), do Estatuto Orgânico de Macau;

A Assembleia Legislativa decreta, nos termos do artigo 31.º, n.º 1, alínea l), o seguinte:

Artigo 1.º

(Isenção)

É isento de todos os impostos, taxas e emolumentos devidos ao Estado o contrato de transacção concernente ao direito de propriedade do prédio com os números de polícia 26 a 28 da Rua da Barra e 89 a 99 da Rua da Praia do Manduco, a celebrar entre Tam Kan, aliás Peter Tam e sua mulher Vong Keng Heong, de nacionalidade portuguesa, residentes em Macau, na Rua Pedro Coutinho, 50, e Ó Cheng Peng, gerente da firma Nam Kuong, natural de Kuong Tung (China), de nacionalidade chinesa, residente em Macau, na Rua Almirante Costa Cabral, 128.

Artigo 2.º

(Começo de vigência)

Esta lei entra imediatamente em vigor.

Aprovada em 13 de Março de 1979.

O Presidente da Assembleia Legislativa, *Carlos Augusto Corréa Paes d'Assumpção*.

Promulgada em 21 de Março de 1979.

Publique-se.

O Governador, *Nuno Viriato Tavares de Melo Egídio*.

Lei n.º 8/79/M

de 24 de Março

Reajustamento de categorias funcionais dos condutores de automóveis e condutores de equipamento mecânico dos Serviços Públicos

Convindo reajustar as categorias funcionais dos condutores de automóveis e condutores de equipamento mecânico dos Serviços Públicos do Território;

Tendo em vista o proposto pelo Encarregado do Governo do Território;

Cumpridas as formalidades do artigo 48.º, n.º 2, alínea a), do Estatuto Orgânico de Macau;